

OS NACIONALISMOS E SUAS REFERÊNCIAS

LUIZ DELGADO

Há um nacionalismo de dominação e um nacionalismo de defesa. O nosso é desta última categoria e é, ao mesmo tempo, uma afirmação e uma negação. Adquiriu apenas novas referências, à luz das quais, unicamente, é possível formar sobre ele um juízo de valor. É um conglomerado explosivo, de inspiração esquerdista, de reação anti-colonialista e de impacientes reivindicações que procuram exprimir-se numa conceituação e apoiar-se em motivação racionais. Os perigos que ameaçam a prevalência, nêle, das forças construtivas são o simplismo e o isolacionismo, num mundo que, pelos progressos técnicos, é cada vez mais solidário.

É BOM lembrar que, em fevereiro de 1921, JACKSON DE FIGUEIREDO publicou um livrinho intitulado *Do Nacionalismo na Hora Presente*. Havia, portanto, um nacionalismo no Brasil daquela hora, às vésperas do centenário da Independência. . . .

Dando ao movimento de que fazia parte uma fórmula grandemente atenuada e conciliatória, rejeitando "excessos", — dizia o polemista: "a quem conhecer as condições atuais de nossa vida social, principalmente no Rio, jamais poderá causar espanto que o nosso nacionalismo vise, antes do mais, esclarecer aos portugueses qual deve ser o seu papel no cenário da vida brasileira" (pág. 45). O nosso nacionalismo daquela época era, por conseguinte, anti-lusitano, como o

desta será anti-americano. Assim, aliás, o famoso ENÉAS SÍLVIO PICCOLOMINI, quando já se chamava PIO II, escrevia: "Italiam Italis, Galliam Gallis"... E isso revela uma primeira circunstância digna de atenção: os nacionalismos formulam-se com referência a situações concretas, a realidades sociais e históricas bem precisas. Daí a dificuldade de considerá-los simplesmente em teoria, fora de tais enquadramentos.

Quem o pretendesse fazer, teria de constatar, desde logo, que êle, como tôdas as moedas, tem duas faces: uma que é *a favor* e uma que é *contra*. E nem ao menos sob qualquer dessas apresentações tem êle um aspecto só.

No seu lado positivo, quando se define em prol de algum princípio, pode o nacionalismo ser a favor da simples independência ou do simples progresso da pátria, mas pode ser também a favor da sua supremacia. E é claro que vão aí, conforme os casos, atitudes morais diferentes.

Idêntica multiplicidade se observa no nacionalismo quando se olha o seu lado de oposição: tanto se opõe ao imperialismo de uma nação estrangeira, quanto ao cosmopolitismo que pretende diminuir ou extinguir o sentimento de nacionalidade. São hipóteses em que êle estará combatendo doutrinas ou atitudes inspiradas em doutrinas. Mas, é admissível uma análise em outro plano — e ver-se-á, então, o nacionalismo dirigindo seus ataques não mais contra tendências mais ou menos reprováveis e, sim, contra fatos mais ou menos indiscutíveis: contra a interdependência cultural ou econômica dos povos, contra a solidariedade que liga entre si as nações tôdas.

No opúsculo citado, e que é digno de exame sob vários pontos de vista, inclusive porque nos permite estudar o assunto à luz de um momento histórico ultrapassado, livrando-nos, portanto, das paixões atuais, — JACKSON DE FIGUEIREDO avança os elementos de uma definição mais genérica, ao dizer o que "se pode chamar" nacionalismo: "de um modo feliz ou infeliz, não importa, certo ou errado, é a sistematização, digamos assim, do que hoje vulgarmente chamamos patriotismo, a racionalização do que é puro sentimento ou, quando muito, também um punhado de idéias rudimentares" (pág. 22). Esse esforço de definição cons-

ciente e de conseqüente projeção política, da pátria, será o núcleo; uma vez, porém, que êle se vai processar dentro de um ambiente histórico, impõem-se as referências de que falei, a fatos, nações ou doutrinas, contra as quais ou a favor das quais se vai fazer sentir o nacionalismo.

Hoje, o que entre nós é mais corrente, possui uma natureza predominantemente econômica e um alvo quase exclusivo — os Estados Unidos da América do Norte. Distingue-se, por isso, do que JACKSON defendia e que se revoltava contra a influência dos portugueses na imprensa, no comércio e na pesca, sobretudo no Rio de Janeiro — tendo, aliás, um eco muito reduzido fora da capital. Se olhássemos, então, os nacionalismos que floresciaam no México e nos países da costa do Pacífico, veríamos que os americanos do norte quase monopolizavam as suas iras. Mesmo por ocasião da guerra contra o nazismo, o sentido da luta democrática não era devidamente apreciado em tais países, pelo ressentimento que mostravam êles em face dos Estados Unidos. Nós tínhamos sempre uma atitude muito mais amistosa e serena, dando prestígio às nossas intervenções diplomáticas no seio do denominado pan-americanismo.

A mudança verificada proveio da ascendência obtida pelos ianques em nossas relações mercantis e monetárias com o estrangeiro, desequilibradas em prejuízo da Europa. A vantagem material foi desvantagem psicológica. Criou-se uma situação largamente aproveitada pela propaganda comunista, interessada em debilitar o poderio americano e feri-lo em suas amizades e alianças.

Coexistem, assim, fatores múltiplos que vão ser diversamente apreciados, cada observador estabelecendo as suas interpretações e gradações, outros tantos elementos de disputa. Afinal, qual será mesmo o tom básico do nosso nacionalismo da hora presente? Uma inspiração do esquerdismo, como etapa da competição entre os dois blocos? Uma reação contra certos métodos de prevaecimento econômico, dêsse colonialismo especial com que a riqueza norte-americana vai marcando sua presença com uns misteriosos erros que a conduzem, por tôda parte, a não ser amada, mesmo quando enterra dinheiro em países remotos e toma a defesa da autonomia de povos africanos e asiáticos? Uma impa-

ciente reivindicação de grupos sociais que não se conformam com estar o Brasil ocupando ainda um posto secundário entre as potências? Um patriotismo legítimo? É bem provável que tudo isso esteja misturado num conglomerado sentimental e explosivo.

O primeiro traço dos nacionalismos está em que eles não se classificam por si próprios, como vimos. Para sabermos se são bons ou maus, falsos ou verdadeiros, temos de ajustar e medir uma porção de dados que são estranhos ao seu conceito, mas dos quais o seu conceito depende. É que eles são respostas — ou como tal se apresentam —, e as respostas dependem não só do significado das perguntas senão também do tom em que são feitas ou do simples olhar que as acompanha, às vezes.

Dir-se-á que a forma de nacionalismo sob cuja inspiração os países europeus se alargaram sobre a América, a Ásia e a África, não era resposta: era iniciativa. E haverá razão nisso. Mas, a linguagem corrente designa com outro nome tal movimento; o nome de nacionalismo reserva-se geralmente para a oposição dos povos ao expansionismo que assim se realizou.

Para qualquer julgamento sobre determinado nacionalismo, será mister, portanto, equacionar as políticas contra que ele reage. Assim, no caso de JACKSON e seus companheiros, teríamos de examinar o que andavam fazendo ou querendo fazer os portugueses do Rio. E no caso dos nacionalismos argelino ou egípcio, será necessário ver como se haviam conduzido, antes, franceses e ingleses.

Essa necessidade de adequação a elementos concretos, visíveis, históricos, faz-se notar, mesmo quando os escritores conscienciosos avançam fórmulas muito gerais, quase absolutas. JEAN DANIELOU, por exemplo, escreve que “a Igreja condenou sempre o nacionalismo” (“L’avenir du patriotisme”, “in” *Etudes*, janeiro, 1957). JACKSON, aliás, encontrara uma “explicação bem clara do porque tem cabido em toda parte aos católicos a vanguarda do movimento nacionalista” (loc. cit., pág. 25) . . . Depois de afirmar aquilo, o ensaísta francês vê-se conduzido a explicar que o nacionalismo sempre condenado “s’accompagne souvent d’un racisme plus ou moins conscient” e liga-o ao “ce mépris

que des hommes bornés, vivant en pays coloniaux comme des maîtres, ont pour des indigènes", etc. Restringe, dessa maneira, a compreensão do fenômeno.

Na mensagem de excepcional importância que dirigiu ao mundo no Natal de 1954, o Santo Padre PIO XII advertiu-nos sobre a distância que vai de uma simples coexistência a uma paz verdadeira, distinguindo três espécies de coexistência, segundo se fundam no medo, no erro ou na verdade. Estariam no segundo tipo a coexistência baseada na convicção de que o progresso econômico resolve, com o bem-estar, todos os conflitos, e a baseada numa política em que "o Estado centralizador e dominador faz da nacionalidade o ponto de partida de sua força de expansão". Além do prurido de expansão, caracteriza semelhante política, no texto da mensagem, o prejuízo que causa à coordenação das atividades num sistema europeu, desejado depois da última guerra. A esse propósito, dentro — portanto — de uma delimitação bem visível, Sua Santidade declara: "o erro consiste em confundir a vida nacional, propriamente dita, com a política nacionalista. A primeira, direito e glória de um povo, pode e deve ser desenvolvida; a segunda, fonte de males infinitos, nunca será demasiadamente reprovada".

A condenação assim veemente veio acompanhada, como se vê, de indicações que configuram exatamente um modo de nacionalismo, através de referências que o particularizavam.

Tais referências são indispensáveis sempre. Querendo sistematizá-las um pouco, seria lícito separar dois nacionalismos fundamentais, relacionando uma nação às outras ou a outras: um de dominação e outro de defesa.

O nacionalismo de dominação, que se confunde com aqueles dois de que primeiro falei, um a favor da supremacia nacional e o outro a favor do progresso nacional (mas, já agora, nesta derradeira hipótese, um progresso que se fazia à custa dos demais, prejudicando a interdependência ou a solidariedade dos povos, a sua comunhão e fraternidade). é em si mesmo ilegítimo e injusto. Contra êle é que se vieram erguendo no mundo os nacionalismos de defesa. E é na apreciação destes que adquire um relêvo ainda maior, en-

trando em precisões e minúcias, o estudo das referências concretas. Afinal, não se tratará somente do direito de viver ou de ser livre, de um povo: tratar-se-á de estabelecer até onde foram normais, lícitas, benéficas, essas relações que constituem a trama efetiva e real da interdependência e da solidariedade dos povos, base de um desenvolvimento geral da humanidade que nenhum povo tem o direito de impedir ou perturbar. Contra os imperialismos que lhe ofendem clara ou disfarçadamente a autonomia, toda nação tem o dever de reagir, do mesmo modo que contra o cosmopolitismo negador dos valores espirituais implícitos no fato nacional: mas, pelas mesmas razões, nenhuma pode insurgir-se contra aquelas aproximações que a existência moderna, através de suas técnicas, veio tornando necessárias. Nem agravos sofridos no passado, nem a desconfiada previsão deles no futuro, justificam semelhantes esforços de isolamento egoístico.

Por dentro de todos esses nacionalismos, duas grandes e insidiosas ameaças incubam, envenenando-os.

Primeiro, a de imaginar nação e nação, como unidades firmissimas. Quem olhar, por exemplo, a ação colonizadora de Portugal no Brasil ou da França na Argélia, há de constatar que ela possui elementos de civilização autêntica, ao lado de elementos de destruição ou perversão. A própria substituição das culturas é uma crise em que podem perecer gerações. Foram os portugueses que mandaram quebrar todos os teares em todas as casas brasileiras, para nos obrigar a adquirir tecidos aos comerciantes da metrópole, mas foram eles também que criaram a nossa agricultura e as nossas cidades. Mesmo quanto a nações cultas como a China e a Indochina, os europeus não foram somente aproveitadores. Impõe-se fazer distinções também com relação a indivíduos, a classes, a grupos. Ora, num trabalho de justiça tão delicado, mete o nacionalismo simplificações brutais: todo nativo passa a ser inferior ou todo estrangeiro, a ser criminoso. E o homem que quer ser prudente, pode ser confundido com os "entreguistas"... E é a mesma coisa sempre, no Rio de Janeiro ou entre os mau-mau.

Contudo, mesmo que não saiam hordas à rua gritando *mata marinheiro* e matando-os de fato — como está em

nossa crônica — resta o outro veneno, a suspeita. Os homens deixam de amar-se. E essa fórmula ingênua e exata mostra, de vez, o que há de anti-cristão no nacionalismo, que é uma espécie de egoísmo coletivo. Será possível que a humanidade realize os designios de Deus, o crescer e multiplicar-se, o domínio sobre a terra e, mais ainda, o advento do Reino, quando as nações se fecham em si mesmas e não querem senão explorar-se e odiar-se?

E é isso que representa o grande perigo do nacionalismo quando deixa de ser um episódio histórico para ser um estado de espírito.